

## Construção e varejo entram na política de desoneração

Medida provisória que alivia tributos incidentes sobre as folhas de pagamento dos dois setores aguarda leitura no Congresso e instalação de comissão; com renúncia fiscal, governo quer gerar empregos e estimular a economia

O comércio varejista e a construção civil foram incluídos na lista de setores que tiveram a desoneração das folhas de pagamento autorizada pelo governo, por meio de medida provisória. Editada no final de dezembro, a MP 601/12 aguarda leitura no Congresso e a instalação de comissão mista para fazer a análise inicial, após o recesso legislativo.

Em busca de incentivar investimentos produtivos e dinamizar esses setores, a medida também beneficia as empresas de exportação. No caso da construção civil, a base de contribuição previdenciária da folha salarial é substituída por contribuição de 2% sobre a receita bruta.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a construção civil é responsável pela geração de 7,7 milhões de empregos diretos e indiretos. A receita bruta estimada para 2013, segundo o governo, é de R\$ 171,6 bilhões. A massa salarial representa R\$ 31,4 bilhões.

Para estimular o setor, a medida propõe ainda a redução de 6% para 4% do percentual da alíquota correspondente ao pagamento mensal unificado de impostos e contribuições de incorporações imobiliárias submetidas ao Regime Especial de Tributação (RET). O governo acredita que a MP também vá estimular a construção de novas moradias.

### Varejo

No caso do setor varejista, que representa quase 10% do total de trabalhadores com carteira assinada, a desoneração da folha salarial ajudaria a manter a dinâmica econômica. Segundo o governo, são 7,5 milhões de trabalhadores no setor, que gera R\$ 789 bilhões em receitas e é constituído de 1,2 milhão de empresas.

A medida faz uma adequação do novo arcabouço de contribuição previdenciária do comércio varejista aos padrões de neutralidade tributária na migração da base de cálculo da folha de pagamento para o faturamento. Cada atividade do setor tem uma base de cálculo específica.

A MP 601/12 acompanha a MP 582/12, que havia desonerado a folha salarial de 15 setores da economia. As desonerações somadas resultarão em uma renúncia total de receitas em 2013 de R\$ 16 bilhões. Segundo o governo, a renúncia será contemplada pela receita da Lei Orçamentária de 2013, a ser aprovada pelo Congresso Nacional.

### Exportação

A medida também prorroga a vigência do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) até 31 de dezembro de 2013. De acordo com a exposição de motivos da MP 601/12, após a crise internacional de 2008, a redução da demanda externa tem desestimulado as exportações do Brasil.

O Reintegra permite que as empresas exportadoras reintegrem valores referentes a impostos pagos ao longo da cadeia produtiva e que não foram compensados. Essa reintegração é feita por meio da compensação de resíduos tributários com débitos próprios ou mesmo mediante a solicitação de ressarcimento em espécie.

Como o regime especial venceria em 31 de dezembro do ano passado, a medida provisória prorrogou o Reintegra por mais um ano, para que as empresas exportadoras possam concorrer em condições de igualdade no cenário de crise econômica mundial.



Condomínio popular em construção em Porto Alegre: governo quer reduzir tributos incidentes sobre a construção civil

## PEC que tira imposto de remédios está pronta para votação

O Brasil é um dos países que mais tributam os remédios. O resultado da pesada carga tributária reflete diretamente no bolso dos consumidores no hora de pagar a conta no balcão da farmácia.

A situação, entanto, pode mudar se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/11 for aprovada. A PEC, que isenta os remédios de tributos, já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e está pronta para ser votada no Plenário.

A proposta veda à União, aos estados e aos municípios instituir impostos sobre os medicamentos, assim como

já ocorre com livros, jornais e templos religiosos.

De acordo com o autor da iniciativa, Paulo Bauer (PSDB-SC), a medida vai beneficiar toda a população direta ou indiretamente, já que as prefeituras, por exemplo, poderão comprar mais fármacos para os postos de saúde porque não vão mais pagar imposto para o estado e para a União.

Ao justificar a PEC, o senador ressalta que, no Brasil, cerca de 33% do valor dos remédios correspondem à carga tributária. Na França, em Portugal e no Japão, a incidência é de 10%. Há países que dão até isenção total, como Canadá, Estados

Unidos e Reino Unido.

“Chega a ser revoltante que, além de não terem o direito fundamental à saúde garantido pelas políticas públicas de Estado, sejam os brasileiros obrigados a transferir recursos, sob a forma de tributos, aos governos federal e estaduais toda vez que adquirem medicamentos essenciais”, escreveu o senador na justificativa da proposta.

### Tramitação

A PEC 115/11 passou pela CCJ em novembro. Na ocasião, os senadores aprovaram o substitutivo de Luiz Henrique (PMDB-SC), que optou por manter a cobrança do Imposto de Importação, que seria eliminado pela proposta inicial.

De acordo com o relator, o Imposto de Importação é um instrumento de política econômica do governo, que “deve continuar dispendo de flexibilidade para manobrar suas alíquotas conforme a conjuntura internacional e a necessidade de proteger o mercado interno da entrada indiscriminada de produtos estrangeiros”.



Balconista atende cliente em farmácia: proposta barateia medicamentos

**Senadores revelam visões opostas sobre posse de Chávez 2**

**Casildo cobra mais ênfase para prevenir tragédias 3**

**Empregadores urbanos poderão ter consórcio 3**

## Braga e Souza propõem mudar votação de vetos

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), declarou que pretende apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), já no início de 2013, com o objetivo de alterar o rito de apreciação de vetos presidenciais às propostas do Legislativo. Em entrevista à TV Senado, ele adiantou que a PEC “deverá regular muito rapidamente a questão dos vetos não apreciados, dando condições ao país de avançar em outras direções”.

Sérgio Souza (PMDB-PR) também quer propor mudanças. Ele anunciou que vai apresentar uma PEC para permitir a análise de vetos com a apresentação de um requerimento de urgência com a assinatura de no mínimo 171 deputados e 27 senadores. Na avaliação do senador, o Congresso tem autonomia para apreciar o veto que quiser.

— Vamos ter que mexer no ordenamento jurídico, provavelmente com alteração da Constituição, permitindo a votação dos vetos fora da ordem cronológica, desde que seja uma vontade do Plenário — explicou à Rádio Senado.

Em dezembro, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, atendeu a um pedido das bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo impedindo o Congresso de apreciar exclusivamente o veto parcial da presidente Dilma Rousseff à lei que mudou os critérios para pagamento dos royalties do petróleo. Segundo a decisão, a análise de vetos tem que obedecer à ordem cronológica de edição, o que acabou por impedir a deliberação no ano passado, pois há mais de 3 mil vetos aguardando votação.



Eduardo Braga diz que vai sugerir PEC logo na volta dos trabalhos



Cristovam comparou a situação à de Tancredo, no Brasil, em 1985



Taques entende que há um prazo rigoroso na Constituição do país



Para Requião, uma doença não pode invalidar as eleições

# Senadores divergem sobre a posse de Hugo Chávez

Presidente reeleito da Venezuela, internado em Cuba para tratamento de câncer, não poderia ir à cerimônia, que seria amanhã. Cristovam e Requião discordam de Taques, que critica “jeitinho”

O IMPASSE SOBRE a posse do presidente reeleito da Venezuela, Hugo Chávez, gerou opiniões divergentes dos senadores. Por causa de uma infecção respiratória decorrente do tratamento de câncer, Chávez não volta de Cuba até amanhã, dia originalmente previsto para a posse do quarto mandato.

O vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Cristovam Buarque (PDT-DF), classifica como “desumana e antidemocrática” a tentativa de a oposição venezuelana impedir a posse. Para ele, a situação remonta à de Tancredo Neves, que, às vésperas da posse como presidente do Brasil, foi internado com diverticulite. O vice, José Sarney, foi empossado em 15 de março de 1985. Tancredo morreu em 21 de abril.

— Suponhamos que, no caminho para a posse, um presidente eleito quebre a perna e precise ficar internado por uma noite. Queimam-se os votos de todos os eleitores? — questionou Cristovam.

Pedro Taques (PDT-MT), professor de Direito Constitucional e titular da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), tem opinião oposta à de Cristovam.

— Estão querendo dar jeitinho na Constituição — disse.

Na opinião do presidente da Representação Brasileira

no Parlamento do Mercosul (Parlasul), Roberto Requião (PMDB-PR), o adiamento da posse não pode ser considerado sinal de ruptura da ordem democrática.

— Chávez foi eleito em uma eleição direta, muito disputada. Não é a doença dele que vai invalidar essas eleições. A incapacidade permanente,

sim — disse Requião.

Para o presidente da apresentação, não se pode comparar a situação atual da Venezuela com o impeachment do ex-presidente Fernando Lugo, do Paraguai.

— No Paraguai houve um golpe, enquanto Chávez foi eleito para continuar na presidência — comparou.

## Justiça venezuelana decide que novo juramento pode ser adiado

O Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela decidiu na tarde desta quarta-feira que uma nova juramentação de Hugo Chávez não é necessária no dia 10, já que não houve “interrupção do cargo”. O tribunal marcará nova data da cerimônia quando os motivos que mantêm o presidente fora do país forem superados. Até lá, os ocupantes do Poder Executivo continuarão exercendo funções dentro da leis administrativas.

O vice-presidente venezuelano, Nicolás Maduro, havia solicitado que o juramento fosse feito em outra data. O dilema era que a Constituição do país também estabelece que, na ausência do presidente eleito, novas eleições sejam convocadas em até 30 dias.



Chávez não interrompe trajetória no cargo, segundo tribunal

O artigo 233 do texto constitucional venezuelano classifica como “ausências absolutas” a morte e a incapacidade física ou mental permanentes. Para esses casos, só há a hipótese de nova eleição. O artigo seguinte, no entanto, trata de falta “temporária”, na qual o presidente pode ser substituído pelo vice-presidente por 90 dias. Depois a Assembleia Nacional decide se converte a ausência em absoluta.

## Alvaro: Senado não fiscalizou o governo em 2012

A capacidade fiscalizatória do Senado foi “reduzida à insignificância” em 2012, na avaliação do líder do PSDB, Alvaro Dias (PR). Para o senador, os “recordes de denúncias” de corrupção no ano passado deveriam ter motivado o Congresso a cumprir a missão de fiscalizar o Executivo, o que, segundo ele, não ocorreu.

Alvaro critica a conclusão da CPI do Cachoeira, que terminou sem pedir o indiciamento de nenhum dos investigados.

Segundo o senador, a comissão foi criada para atender um interesse do governo, “para esconder e não para fiscalizar”. Ele lamenta ainda o que chamou de desequilíbrio entre as forças do governo e da oposição no Senado e na Câmara.

— Fica uma frustração, porque o desequilíbrio é ruim para o próprio governo, para o país e para a democracia. O Legislativo não pode ser apenas um almoxarifado do Executivo — afirma.

Sobre a possível saída de José Serra do PSDB — para disputar a Presidência em 2014 por outro partido, diante da preferência dos tucanos, noticiada pela *Folha de S.Paulo*, pela candidatura do senador Aécio Neves (MG) — Alvaro disse ainda não ter conversado com Serra.

— Acho que se o partido tivesse adotado mecanismos modernos de escolha de candidatos, todo esse desconforto poderia ter sido evitado — observou.

O senador lembrou que é autor de um projeto que disciplina a realização de primárias nos partidos para escolha de candidatos à Presidência da República (PLS 156/11).



Alvaro lamenta que CPI do Cachoeira não tenha pedido indiciamentos

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senador pede aprovação de projetos de lei que valorizem a defesa civil; segundo ele, Brasil só age depois que desastres acontecem

# Casildo: inundações no RJ mostram que é preciso investir em prevenção

É PRECISO DAR ênfase à prevenção das tragédias, afirmou Casildo Maldaner (PMDB-SC), ao comentar a situação vivida pelos municípios da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, atingidos por fortes chuvas nos primeiros dias de 2013.

— Devemos apostar na prevenção para reduzir os gastos em reconstrução — disse o senador.

Para Casildo, que foi relator da Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e da medida provisória que definiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (MP 547/11), os repetidos desastres ambientais, como as enchentes que voltaram a atingir o Rio, devastando especialmente o distrito de Xerém, deverão novamente chamar a atenção dos parlamentares para propostas relacionadas ao tema.

— Com a prevenção, a economia financeira e, principalmente, a de vidas é muito maior. Precisamos garantir recursos, de forma descentralizada, para nossos estados e municípios. Caso contrário, ficaremos eternamente à mercê das alterações climáticas — afirmou o senador, que sugere a criação de um fundo nacional para socorrer as regiões atingidas por catástrofes.

Para Casildo, são boas as expectativas quanto à aprovação de propostas que valorizem a defesa civil em todo o Brasil, mas os senadores ainda esperam que o governo cumpra a



Em Xerém (RJ), chuvas fortes nos primeiros dias do ano causaram destruição e deixaram centenas de desabrigados

promessa de encaminhar à Casa um novo marco legal que garanta recursos para investimento no setor.

O senador defendeu um projeto de autoria dele que destina ao Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) 1% de cada seguro comercializado (PLS 388/08). Esses recursos seriam usados para estruturar o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil — um terço da arrecadação mensal seria repassado aos órgãos da Defesa Civil federal, outro terço aos estaduais e o terço restante aos órgãos da esfera municipal. A matéria aguarda deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em 2011, dois meses depois de um desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro, quando chuvas e deslizamentos deixaram mais de mil mortos e 23

mil desabrigados, foi criada a Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil. O relatório final da comissão propôs uma ampla reestruturação do sistema e do Funcap para que as ações deles sejam direcionadas também para a prevenção de acidentes.

## Criminalização

Um ponto importante proposto no projeto de lei elaborado pela comissão foi a criminalização do gestor, público ou privado, que autorizar ou estimular a ocupação de áreas de risco. A medida tem o objetivo de evitar a omissão de agentes públicos e privados no processo de expansão das cidades, uma das principais causas de tragédias.

Na ocasião, Jorge Viana (PT-AC), que presidiu a comissão

temporária, lamentou que o Brasil continue agindo apenas na recuperação, e não na prevenção, frisando que “para cada R\$ 1 gasto na prevenção, você economiza R\$ 7 na reconstrução”. O senador afirmou que o assunto exige ação urgente dos Três Poderes e não pode sair da pauta do Congresso Nacional.

O relatório da comissão sugeriu a tramitação acelerada de 19 propostas em análise pelo Senado e pela Câmara dos Deputados — entre elas, o PLS 29/09, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que destina um percentual de arrecadação das loterias para o Funcap, e o PLS 41/09, da ex-senadora Marisa Serrano, que prevê dedução de Imposto de Renda para doações ao Funcap. As duas matérias aguardam deliberação desde 2011.

## Projeto de lei cria consórcios de empregadores urbanos

Compartilhar mão de obra de empregados pode ser uma solução para muitas empresas urbanas, mas ainda não há lei para legitimar esse tipo de contratação.

Para suprir a lacuna, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) apresentou o PLS



Rodrigo Rollemberg, autor da proposta

478/12, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e estende ao ambiente urbano solução adotada no meio rural desde 1991, com lei que prevê os consórcios de empregadores rurais. Desde então, os produtores ganharam suporte para contratar coletivamente trabalhadores, respondendo de forma solidária pelas obrigações. Isso permitiu perenizar

parte da mão de obra requisitada apenas nas safras, época de maior demanda de serviços. Antes, nem sempre havia contratação formal.

Um grupo de lojas de uma rua, por exemplo, pode contar com um vigia para maior segurança da área ou contratar um motorista para oferecer coletivamente serviços de manobrista.

Pelo projeto, a legislação equipara ao empregador o consórcio formado por pessoas físicas ou jurídicas para admitir, dirigir e assalariar a prestação pessoal de serviços. O texto será votado na CAS em decisão terminativa.

## Licenciamento de obras poderá ter que considerar impacto social

O exame dos aspectos sociais deverá integrar, obrigatoriamente, os estudos de impacto e os procedimentos de licenciamento ambiental, segundo proposta de Lídice da Mata (PSB-BA) que encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 217/12 será relatado por Ana Amélia (PP-RS).

Em seguida, a matéria receberá decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O projeto altera a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81).

“O conceito de impacto ambiental não pode excluir o ser humano, ao mesmo tempo



Lídice: conceito ambiental deve incluir o ser humano

agente e paciente das transformações que se operam na natureza”, argumenta Lídice.

A senadora diz que grandes obras podem gerar impactos sociais, como, por exemplo, um rápido aumento populacional na localidade,

o que resulta em sobrecarga da infraestrutura, dificuldade de mobilidade urbana e comprometimento dos sistemas de abastecimento de água, entre outros problemas. A proposta, explica, fundamenta-se na definição de impacto ambiental referida na obra *O Estudo de Impacto Ambiental na Realidade Brasileira*, da promotora de Justiça Sílvia Cappelli.

## Projetos preveem datas de homenagem a profissões

Tramitam na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) diversos projetos de lei que criam datas comemorativas para homenagear profissões. A ideia dos autores dos projetos é valorizar profissões que colaboram social e economicamente para o crescimento do país.

O PLC 85/12, do deputado licenciado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), atualmente ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, propõe que o Dia Nacional do Técnico Agrícola seja comemorado em 5 de novembro. Segundo o autor, a data lembra o dia da edição da Lei 5.524/68, que regula a profissão. A matéria, que tramita em caráter terminativo, está em análise na CE sob relatoria de Pedro Simon (PMDB-RS), que já se manifestou favoravelmente.

A data de 9 de setembro pode ser reservada para comemorar o Dia Nacional do Administrador, conforme prevê o PLC 97/12, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO). O autor registra que o dia foi escolhido para lembrar a data da regulamentação da profissão, por meio da Lei 4.769/65. A matéria tramita em caráter terminativo. A relatora é Ângela Portela (PT-RR), que já se manifestou pela aprovação.

## Educação

O PLC 98/12 cria o Dia Nacional do Pedagogo, a ser comemorado em 20 de maio. Do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), a matéria tramita em caráter terminativo na comissão. O relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), é favorável ao projeto.

Outro projeto busca homenagear os profissionais de educação. O deputado Vicentinho (PT-SP), autor do PLC 23/12, sugere 6 de agosto como o Dia Nacional dos Profissionais da Educação. A data lembra a publicação da Lei 12.014/09, que discrimina as categorias que podem ser consideradas do setor educacional. A matéria tramita em caráter terminativo na CE, sob relatoria de Anibal Diniz (PT-AC), que também já se manifestou pela aprovação.